

As terras de quilombos

são territórios étnico-raciais com ocupação coletiva baseada na ancestralidade, no parentesco e em tradições culturais próprias. Elas expressam a resistência a diferentes formas de dominação e a sua regularização fundiária está garantida pela Constituição Federal de 1988.

O Decreto 4.887/2003 define que o INCRA é o órgão federal responsável pela titulação dos quilombos, com competência concorrente do Distrito Federal, estados e municípios. Para fins de regularização fundiária, o INCRA elabora Relatórios Técnicos de Identificação e Delimitação (RTID) que reúnem informações fundiárias e cadastrais das famílias, bem como a caracterização antropológica, histórica, econômica e ambiental da área quilombola. Esse trabalho tem gerado um grande acervo de dados, registrando de maneira inédita um arcabouço de manifestações e características dos quilombos nos períodos escravocrata e pós-escravocrata.

O objetivo da parceria entre INCRA, NEAD (SEAD) e UFMG é sistematizar e dar publicidade às informações contidas nos RTIDs, em muitos casos ignoradas pela historiografia oficial. Esse material, registrado no âmbito dos processos administrativos do INCRA, foi transposto para uma linguagem acessível, com o apoio de diversos colaboradores, destacando-se os autores das etnografias dos RTIDs. Os livretos trazem também depoimentos dos próprios quilombolas. Eles testemunham a continuidade de uma luta fortalecida pela esperança de que o conhecimento de sua história garanta finalmente a compreensão da legitimidade de seu pleito pela titulação.

A publicação dos livretos visa, assim, a contribuir para o reconhecimento das comunidades quilombolas, estimulando a difusão de informações qualificadas sobre elas. Reunidas nesta Coleção, as histórias de resistência quilombola agora podem ser conhecidas mutuamente pelos quilombolas das diversas regiões do país. Espera-se também que este material forneça a gestores públicos, educadores, pesquisadores e demais interessados informações acessíveis sobre essas comunidades.



Comunidade Quilombola Caiana dos Crioulos

A comunidade quilombola Caiana dos Crioulos fica na zona rural dos municípios Alagoa Grande e Alagoa Nova, região agreste da Paraíba, conhecida como Brejo Paraibano. O quilombo ocupa uma área de 646,5873 hectares, onde vivem cerca de 300 famílias, cujos ancestrais moraram ali desde o século 18. A identidade da comunidade se fortaleceu com seu reconhecimento como comunidade negra divulgada pela Banda de Pífanos de Caiana dos Crioulos, que existe há mais de 60 anos. Jackson do Pandeiro, cantor e compositor de forró e samba, famoso em nível internacional, era natural de Alagoa Grande, e teve sua formação musical iniciada com os pífanos dessa banda. Além dos pífanos, o coco e a ciranda também se destacam como amostra da exuberância de Caiana.



A região do Brejo Paraibano antigamente era conhecida como Sertão do Paó e foi colonizada pelos portugueses, servindo como *posto de produção*, a meio caminho entre sertão e litoral. Uma rota bastante usada seguia pelo Rio Mamanguape, subindo seu curso pela Borborema, até atingir o Sertão do Cariri. É uma região de terras úmidas, onde a combinação de chuvas, calor e solos férteis é favorável ao cultivo da terra. No período colonial se destacou pela produção canvieira para a qual, além dos negros escravizados, trabalhadores livres também serviram como mão de obra nos engenhos, usinas e fazendas.

A presença quilombola e de outras lutas por justiça e dignidade, é marcante na região. Foi no município Alagoa Grande onde nasceu Margarida Maria Alves, lavradora e liderança sindical que lutou corajosamente pelos direitos das trabalhadoras e trabalhadores rurais, para o fim dos abusos da cobrança do foro e para a realização da reforma agrária. Sua luta conquistou a criação de vários projetos de assentamento no agreste paraibano. No entanto, foi assassinada em 1983, a mando de um usineiro da região.

Em Caiana dos Crioulos há duas igrejas, uma católica em honra a Santa Luzia, outra evangélica, Assembleia de Deus. Há uma escola municipal de ensino fundamental, um posto de saúde, uma casa de farinha comunitária, um galpão com quatro salões, usado para festas e reuniões (um deles é sede da associação de moradores), muitas roças e pomares. O terreno é acidentado, com morros de encostas íngremes e vales e as casas dos quilombolas ficam distantes umas



Vista parcial da comunidade quilombola Caiana dos Crioulos. Fonte: RTID/INCRA, 2015

das outras. Os parentes mais próximos costumam ser vizinhos, pois é comum os filhos, ao se casarem, construírem suas casas o mais perto possível da casa de seus pais.

Houve vários ciclos de produção agrícola no Brejo Paraibano que contribuíram para a formação de Caiana dos Crioulos, agregando famílias, orientando os modos de morar e de trabalhar na terra.

O Começo do Quilombo

São muitas as histórias sobre a formação do Quilombo Caiana dos Crioulos que é diretamente ligada à antiga Fazenda Sapé, da família Arruda Câmara. Há quem afirme que os primeiros negros chegaram à região da atual Caiana em meados do século 18, subindo o curso do Rio Mamanguape. Fugiam de uma rebelião na qual se recusaram à escravização ainda durante o desembarque do navio negreiro, na chamada *Baía da Traição*, litoral norte da Paraíba.

Outra versão fala da chegada de negros, no atual município de Alagoa Grande, fugidos do massacre do Quilombo dos Palmares, no período final do século 17. Essa, inclusive, seria a razão de existir uma localidade rural chamada Zumbi, no município. É possível, ainda, que Caiana tenha sido formada por descendentes de escravizados no município vizinho, Areia, e libertos antes mesmo da assinatura da Lei Áurea de 1888.

João Teó, um dos quilombolas mais antigos, conta a história de seu avô, segundo a qual Caiana se formou a partir de *um povo que veio do Cariri*, região famosa pela criação de gado no período da colonização portuguesa, onde muitos escravizados trabalharam em atividades pastoris. João de Arruda Câmara, um dos proprietários da Fazenda Sapé, considera que a comunidade é formada por descendentes de ex-escravizados de seu avô, Coronel Eufrásio de Arruda Câmara, e que as terras onde os quilombolas vivem hoje teriam sido cedidas por seu avô. As diferentes versões concordam no fato de os moradores de Caiana dos Crioulos serem descendentes de escravizados.

As diversas *frentes de colonização* que atuaram na região do Brejo Paraibano favoreceram a chegada de pessoas de muitos lugares. A

memória dos quilombolas mais velhos testemunha um longo período de ocupação da terra, há mais de um século, tendo seus pais e avós nascido na comunidade. Suas famílias já estavam na região do Brejo desde o século 17, quando foram criadas as primeiras fazendas.

Um artigo importante foi publicado no jornal paraibano *A União*, em 1949, pelo autor alagoa-grandense Ivaldo Falconi, relatando uma visita à comunidade de Caiana dos Crioulos, quando conversou com José Punaro, descrito como um “negro de quase setenta anos e que é chefe do agrupamento, [...], que nos mostrou a casa em que moraram seu pai e seu avô”. **Após conhecer as ruínas da casa, Falconi concluiu que “não resta dúvida, pois, de que a comunidade rural dos negros de Caiana tem mais de cem anos e de que muito antes da abolição [da escravatura] ela já existia”.**

Em um passado recente, o quilombo era formado por 50 ou 60 famílias. **Cada uma delas tinha seu pedaço de terra, onde morava e plantava. A agricultura e a caça os sustentava, plantavam algodão e as mulheres fiavam e teciam os panos de suas roupas. As casas eram de taipa e cobertas com palha de coco catolé. As folhas de coco também eram usadas como colchão nas camas feitas de varas. Havia um engenho chamado Mãe Jarra, pertencente ao Negro João Fulô, que fabricava a melhor cachaça da região.**

A vinculação da comunidade com a terra, em especial com a Fazenda Sapé, decorre da moradia e trabalho na fazenda, alternando entre cultivos próprios e a lavoura do fazendeiro. Como conta Sr. João Teó:

Ele [o coronel, Eufrásio de Arruda Câmara] plantava toda cultura: agave, roça também, plantava banana pelas grotas. Aí precisava do povo pra trabalhar, pra limpar. No tempo do agave ele tinha roçado de agave que [...] tudo quem limpou foi o povo daqui.

A história de trabalho e moradia na Fazenda Sapé também marcou a família de Dona Ornila, quilombola de Caiana:

Meu pai nasceu ali na Caiana, isso aqui é Sapé. Ele nasceu na Caiana e trabalhava no Sapé. Trabalhava e vinha pra casa e eu me criei também trabalhando lá por Sapé. Aí eu me casei e vim morar ali.

Como o pai de Dona Ornila, muitas famílias moraram em Caiana e tiveram roça nas terras da Fazenda Sapé. Por anos, trabalharam nas lavouras do fazendeiro, como relatou Seu João Teó. O pagamento do foro, valor exigido pelo uso de áreas para cultivo próprio da(o)s trabalhadora(e)s, restringia o acesso a terra e provocou muitos conflitos entre fazendeiros e agricultora(e)s *aforados*.

Celeiro do Sertão

O Brejo Paraibano, onde fica Caiana dos Crioulos, era rota de acesso ao interior. Inicialmente, a principal produção nessa região foi a agricultura de subsistência, que cedeu lugar à pecuária e, posteriormente, à monocultura canavieira. Os primeiros registros dos engenhos são de 1625, quando colonos, vindos de Mamanguape, instalaram fazendas que produziam cachaça, rapadura, feijão, fava, milho, tabaco, mandioca e macaxeira. Os produtos eram enviados para o sertão, onde se concentrava a pecuária e onde as terras não tinham a mesma fertilidade. Por essa razão, a região do Brejo ficou conhecida como *celeiro do sertão*.

Em meados do século 19, o cultivo de cana atingiu seu auge e a produção de açúcar se tornou a principal atividade, mais tarde substituída pela fabricação de rapadura. Em 1884, uma praga assolou os canaviais e a produção foi reduzida. No fim do século 19 e início do 20, o cultivo de algodão se tornou mais intenso. Nessa época, chegaram ao município Alagoa Grande os primeiros *vapores de algodão*, que eram máquinas de descaroçar o algodão, movidas a vapor, e que já somavam 20 unidades no ano de 1910. Uma dessas máquinas funcionava na Fazenda Sapé.

A produção de café também foi importante na região, até a década de 1920. Porém, as plantações de café, como os canaviais, sofreram o ataque de pragas e não prosperaram por muito tempo. Depois da *queda do café*, retomaram a produção de rapadura, dessa vez com as modernas usinas de açúcar.

Duas usinas foram construídas em Alagoa Grande, a Usina Tanques, em 1928, e a Usina Santa Maria, em 1930, que logo se tornaram

as principais concorrentes dos engenhos. As fazendas buscaram superar essa concorrência expandindo e diversificando sua produção, adquirindo mais terras. O cultivo do agave se destacou, durante as décadas de 1930-1940, como alternativa rentável concorrente com as usinas de açúcar. Com o agave, a concentração fundiária foi intensificada, na medida em que os grandes fazendeiros demandavam extensas áreas férteis para seu plantio. A Fazenda Sapé participou dessas mudanças, produzindo também algodão e agave.

Apesar de outros produtos terem se destacado em certos períodos, a cana-de-açúcar é ainda o principal cultivo na região do Brejo Paraibano. As desigualdades nas relações de trabalho e outras desigualdades presentes nos engenhos definiram a organização social e o uso e ocupação da terra no Brejo, configurando uma paisagem de grandes fazendas e poucas terras disponíveis para a moradia e o trabalho da(o)s pequena(o)s agricultora(e)s, como é o caso dos quilombolas de Caiana dos Crioulos.

Escravo, trabalhador, morador

O trabalho escravo foi a base da produção regional desde o início da colonização até o final do século 19. Contudo, houve a possibilidade de os chamados *mulatos*, negros alforriados e filhos de escravizados, serem incorporados às fazendas como mão de obra não escravizada, constituindo um contingente de pequenos agricultores “livres”.

Outra relação de trabalho específica das grandes fazendas da região foi a chamada *trabalhador-morador*, que existiu em Alagoa Grande desde o século 17. Consistia na concessão de áreas, dentro de fazendas e engenhos, para trabalhadores não escravizados que podiam morar e fazer roça nesses sítios, mas deviam pagar o foro, além de trabalhar, sem remuneração, nas lavouras do fazendeiro. Essa relação *trabalhador-morador* foi cada vez mais comum a partir da abolição da escravatura, no século 19, quando muitas famílias continuaram a trabalhar nas fazendas e engenhos onde foram escravizadas, agora como *trabalhadores moradores*.

O pagamento pelo uso da terra, chamado *foro*, é uma dificuldade que os quilombolas enfrentam até hoje, pois várias famílias ainda têm seus roçados nas terras da Fazenda Sapé. Foi, sobretudo, pelo fim da cobrança abusiva pelo acesso a terra que a comunidade de Caiana dos Crioulos se engajou na luta quilombola: reivindicam seu direito ao domínio das terras onde vivem e trabalham desde o final do século 18, onde fizeram comunidade com criatividade e muita resistência.

O roçado na terra faz a comunidade

A terra é o primeiro recurso para as famílias de Caiana que, há tantas gerações, cultivam o feijão, fava, milho e diversas frutas. A agricultura é a atividade que orienta toda a vida em comunidade. Sua tradição agricultora foi desenvolvida em paralelo ao trabalho compulsório nas grandes lavouras de cana-de-açúcar, algodão, café e agave.

Os quilombolas chamam de roça os cultivos de várias espécies de mandioca e macaxeira. Macaxeira é o nome das variedades com baixa toxicidade, que podem ser colhidas e consumidas sem maiores cuidados. A mandioca é geralmente utilizada na fabricação de farinhas e goma, pois o consumo depende da sua prensagem, cozimento ou torra, para a eliminação de um elemento tóxico componente.

Já a palavra *roçado* se refere ao trabalho com quaisquer plantas cultivadas. *Roçar* é desbastar um terreno, abrir um espaço no mato



Maria de Jesus
recolhe o bredo
Fonte: Relatório
Técnico, 2015



Dona Bina traba-
lhando no roçado
Fonte: Relatório
Técnico, 2015

para plantar. O trabalho no roçado é uma atividade que produz a comunhão entre parentes e vizinhos, além de ser um momento de conhecimento e reconhecimento do território: as áreas que são habitadas, os caminhos antigos e novos que dão acesso aos lugares.

A agricultura tradicional é realizada em família: esposo, esposa e filhos, com suas respectivas famílias, trabalham na terra. De tempos em tempos é preciso capinar o mato que cresce, para garantir os frutos. Enquanto capinam, identificam rapidamente o *brede* ou *caruru*, ervas que crescem entre o roçado, recolhidas para alimentar o porcos. Geralmente, os parentes trocam dias de trabalho, revezando as tarefas nas roças de cada um, reciprocamente: um dia cuidam do roçado de um irmão, depois todos cuidam do roçado do outro, e assim por diante. O dono ou dona do roçado se responsabiliza pela alimentação, água e café para toda(o)s. As sementes colhidas num ano servem para o plantio do próximo, e são armazenadas nas casas. O trabalho comunitário inclui conversas descontraídas e brincadeiras com cantigas e dança. Essa *lida nos roçados* é inspiração para os cocos e cirandas criados pelo povo de Caiana.

Mas os roçados foram também a origem da maior parte dos conflitos relacionados a posse da terra, alguns bastante violentos. As pressões sofridas pelos quilombolas são mais fortes em relação às áreas agricultáveis do que sobre as de moradia, já que as casas geralmente ficam em encostas e platôs pouco viáveis para as grandes lavouras praticadas pelos fazendeiros.

De Caiana para fora

Em Caiana dos Crioulos não existe uma vila central, mas uma dispersão de casas de moradia que conformam uma vizinhança de parentes. Geralmente as casas de irmãos dividem o mesmo terreno.

O fornecimento de água vem de cacimbas e cisternas particulares, instaladas nas proximidades das casas para recolher da água da chuva.

É necessário recorrer a caminhões-pipa para obter água potável. Há um açude com boa capacidade de armazenamento, porém sua água é salgada, usada apenas para a limpeza doméstica. Há uma casa de farinha onde transformam a mandioca em farinha, alimento muito apreciado. Os roçados fornecem alimento e uma parte é vendida na feira de Alagoa Grande. Os cultivos exigem muito cuidado, em função do rigor das estações de inverno e verão, chuva e seca, estações que marcam também a saída de pessoas, principalmente homens, para trabalhar nas grandes cidades: Rio de Janeiro, João Pessoa, Recife. A pressão da cobrança do foro sobre as terras cultivadas e a escassez das terras boas para a agricultura são os principais motivos que impulsionam os homens para fora, buscando trabalho nas cidades ou em grandes lavouras.

A vida dos quilombolas de Caiana é marcada por essa partição entre os roçados na comunidade e o *trabalho fora*. Ainda hoje, os homens jovens precisam fazer essa migração temporária. Sr. Mariano, com mais 70 anos de idade, narra sua experiência no Rio de Janeiro:

Ôxe, minha vida era no Rio. Eram seis meses lá e seis meses aqui. Mor (sic) de não perder a agricultura, sabe? Pronto, eu trabalhava até o mês de julho. Mês de julho eu ia pra lá. Quando era o mês de janeiro eu vinha de novo pro roçado. Assim, dei dezessete viagens lá no Rio. Criei os meninos todos desse modo. Depois que eu criei eles, aí esse daqui, o José, ele disse: “- Pronto papai, agora pode ficar tranquilo que nós vamos criar o senhor”. Aí ele foi. Foram os dois mais velhos. De quinze em quinze dias mandavam a minha feira até eu me aposentar.



Apresentação de um grupo
de Ciranda de Caiana
Fonte: Relatório Técnico, 2015



Dona Edite
Fonte: Relatório Técnico, 2015



Grupo de Ciranda da Dona Cida
Fonte: Relatório Técnico, 2015

Em função dessa migração, principalmente de homens de Caiana para o Rio de Janeiro, costumam dizer que há uma “outra Caiana” na capital fluminense. Quando chega o inverno, os homens retornam para Alagoa Grande. Enquanto estão fora, mulheres e filhos fazem a manutenção do plantio. O dinheiro ganho com o trabalho na cidade é usado, entre outras coisas, para pagamento do foro ao proprietário das terras em que é feito o roçado.

Cantar e brincar a vida

O trabalho no roçado, a feitura de farinha, são temas das cantigas de ciranda e coco de roda que *cantam a vida* em Caiana, desde os *tempos antigos*. Novenas são rezadas com frequência, acompanhadas de festejos com comida e bebida, coco de roda e ciranda. Os festejos maiores são em louvor à Nossa Senhora da Conceição, ao São João e ao São Pedro.

Da ciranda participam crianças e adultos, em roda, de mãos dadas. Os tocadores ficam no centro, tocando e cantando os versos que os dançantes respondem, enquanto passeiam para dentro e para fora, ampliando e fechando a roda, sucessivamente. Os instrumentos são o ganzá, os bumbos, zabumbas, caracaxás, triângulos e pandeiros. O coco pode ser dançado em roda ou em fileira com passos soltos, pisadas e molejos. O *coquista canta versos e o coro dançante responde*.

Dona Dó, entusiasta do coco no quilombo, descreve como aconteciam as rodas de coco e ciranda na sua juventude:

Era assim, na casa de fulano tem uma ciranda hoje. Aí a gente ia. Rezava um terço, aí começava aquela ciranda. Era assim. Tinha o

pessoal que tocava instrumento: era a zabumba, o triângulo e o ganzá. E as pessoas cantavam, né? Ciranda e coco de roda.

Dona Maria José, quilombola de Caiana, conta que quando o pessoal se reunia para fazer tijolos para construção de casas, o mutirão de homens passava a noite cantando coco enquanto queimavam as peças na caieira.

Atualmente existem dois grupos de coco em Caiana dos Crioulos, que surgiram de um grupo formado no início dos anos 1990. Dona Edite e Dona Cida, cada uma de um grupo, são as *puxadoras* dos cocos e cirandas. Participam de eventos, geralmente acompanhadas de bandas, e representam a cultura de Caiana fora da comunidade.

Outros ritmos são característicos de Caiana e marcas da presença quilombola em Alagoa Grande. Dentre eles, a Banda de Pifanos de Caiana dos Crioulos é famosa na região. Em 1949, essa banda se apresentou no evento de inauguração do abastecimento de água da cidade, conquistando mais atenção do público do que uma banda da Polícia Militar, vinda da capital. *A Banda de Pifanos, regida pelo Mestre João Maria, se apresentou em diversos lugares, de Alagoa Grande a Brasília. Jackson do Pandeiro, figura ilustre da música popular brasileira, nasceu em Alagoa Grande, e teve suas primeiras experiências musicais com os pifanos da Banda de Caiana dos Crioulos. Consideram que essa banda foi a responsável pelo reconhecimento de Caiana como comunidade negra, já que as músicas geralmente fazem referência à matriz afro-brasileira e o modo de vida rural da comunidade.*

*É melhor morrer na luta,
do que a fome nos matar*

*Ela sempre nos dizia/ Para todos escutar/ É melhor morrer
na luta/ Do que a fome nos matar*

*Margarida se criou-se/ No Agreste de Caiana/ Porém a sua
cultura/ Era abacaxi e cana.*

Os versos são de Dona Edite e cantam a força e a coragem da lavradora e liderança sindical, Margarida Maria Alves, assassinada em 1983, a mando de um usineiro.

A partir de 1992, o Incra começou a desapropriar terras no município, para criação dos assentamentos da reforma agrária. Foram criados dois projetos de assentamento na Fazenda Sapé. Isso afetou os quilombolas de Caiana: apenas algumas famílias receberam lotes individuais, gerando descontentamento em função da limitação dos atendidos; e houve perda de direitos de uso da terra por parte de muitas famílias. Aquelas que tinham seus roçados na área da Fazenda Sapé, mas que moravam na comunidade de Caiana não foram reconhecidas como detentoras de direitos, apesar da fonte de sua subsistência estar nas terras da fazenda.

Esse projeto de assentamento não atendia aos quilombolas, pois não considerava todas as famílias do quilombo e propunha um regime individual de posse da terra. O *povo de Caiana* argumentou que somente o reconhecimento do território coletivo composto pelas terras de uso tradicional, faria justiça à história e aos direitos quilombolas. Em 1993, a comunidade solicitou à Fundação Cultural Palmares seu reconhecimento como comunidade remanescente de quilombos.

Somos uma comunidade de umas trezentas famílias, todas de negros, remanescente de quilombo. Pelos testemunhos dos mais velhos, nossos pais, avós e tataravós nasceram e moraram aqui. [...] O nosso grande problema, o maior de todos, é que não temos terra para plantar, só temos um pedacinho de terra ao redor da casa que nos permite de morar no nosso chão. Vivemos trabalhando em terra de fazendeiros que cercam nossa comunidade, pagando foro. [...] Apelamos a esta Fundação para que nos assessore e ajude a alcançar o direito à terra que foi nossa. Por causa da falta de terra, mais de cem homens entre adultos e jovens estão no Rio de Janeiro para onde migraram temporariamente para poder sustentar a família.

Esse trecho da carta enviada à Fundação Cultural Palmares pelos quilombolas de Caiana expressa a situação precária em que viviam e

a sua consciência sobre os direitos violados. A falta de terras para o cultivo, o trabalho explorado nas grandes propriedades, o imperativo do pagamento de foro e a migração temporária, muitas vezes definitiva, eram e ainda são problemas que violam a comunidade, há gerações. Mas por sua resistência política, por seu trabalho na terra e por sua arte com pífanos, coco e ciranda, Caiana dos Crioulos se destaca como comunidade negra camponesa em Alagoa Grande. É no sentido de garantir o sustento do seu modo de viver, boas condições de trabalho e moradia firmada na terra ancestral, que os quilombolas reivindicam a delimitação e titulação do seu território.



Vista parcial da comunidade quilombola Caiana dos Crioulos

Fonte: Relatório Técnico, 2015

Esta narrativa foi escrita por José Cândido Lopes Ferreira, a partir do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação do Território da Comunidade Quilombola de Caiana dos Crioulos. Elaborado pelos antropólogos Ricardo de Paiva e Vânia Fialho Souza, publicado em outubro de 2015.

Uma palavra da comunidade

Caiana dos Crioulos

Os mais velhos que fundaram Caiana dos Crioulos vinham fugidos da escravidão. Eles vieram em navios negreiros e chegaram aqui sem nada. Para sobreviver arrancavam raiz de pau para comer, dentre esses, coco, macaíba e palma (que o gado come).

Não tem muito tempo, ficava todo mundo trancado, principalmente quando chegava algum branco. Caiana dos Crioulos se armava com foice, enxada e machada, para pegar o povo que fosse tirar alguma foto. Era comum contar histórias para as crianças de que o *papa-figo* iria pegá-las, isto para que elas não saíssem de casa quando os pais fossem para o roçado. Era tudo muito fechado.

Teve o tempo também em que trocávamos nossas terras por comida, por isso hoje só temos terra para morar e não temos o suficiente para plantar. Essas terras perdidas estão nas mãos de fazendeiros. Com isso, muitas pessoas saíram de Caiana dos Crioulos para tentar a vida no Rio de Janeiro e São Paulo, outros foram para o centro de Alagoa Grande, cidade onde fazemos feira.

A gente aqui era também muito discriminado, não tinha transporte, então descíamos à pé para Alagoa Grande. E quando chegava no *Rabo da gata*, também chamada de Vila São João ou *Casseta Armado*, o povo de lá gritava “Caiana pegou fogo, caiana pegou fogo!” e nós respondíamos aos insultos no grito.

Atualmente a principal renda em Caiana dos Crioulos vem da aposentadoria dos idosos, dos que recebem Bolsa Família e também da turma que trabalha como pedreiro, servente e/ou carpinteiro em João Pessoa. Há quem troque farinha pelo peixe. O fato é que depois do presidente Lula as portas se abriram para a comunidade: nós conquistamos uma sede para associação, pois não tínhamos. Ela já tem cerca de treze anos. Nessa sede havia cursos de computação, corte e costura e bijuteria. Ela é equipada com mesa, cadeira, fogão, sala

e banheiros. E seis casas de taipa foram substituídas por alvenaria, pois foi encontrado o inseto barbeiro.

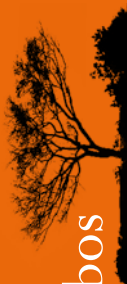
Durante os governos Lula e Dilma recebemos cestas básicas e ampliação do Bolsa Família. Mas, o nosso maior sonho é que a estrada de Caiana seja melhorada, pois é horrível: muito fechada de mato para todos os lados. O prefeito disse, na época, que só vai arrumar quando parar a chuva. Já em relação à saúde, temos um posto médico, mas, se precisarmos de internação ou de medicamentos, temos que ir até Campina Grande.

As crianças e adolescentes de Caiana dos Crioulos estudam na comunidade até o nono ano, mas a qualidade do ensino precisa melhorar. As meninas não têm oportunidade de nada quando terminam o magistério. Por isso que todo jovem, homem ou mulher, vai para o Rio de Janeiro, e alguns para São Paulo.

A terra das fazendas, que foram trocadas por comida, é a que nós estamos tentando conseguir de volta. É uma terra boa e, do ano passado para cá, os fazendeiros tem deixado a gente plantar lá. Não se paga foro para usar a terra, mas, para isto, temos que limpar os terrenos deles.

Em Caiana temos a capela de Santa Luzia, a igreja evangélica Assembleia de Deus, casas de umbanda e candomblé, uma casa de farinha, o museu quilombola da comunidade, e a sede da associação dos moradores do quilombo. Temos ainda o grupo escolar que ganhou o nome de *Sirme Santino da Silva* em homenagem a um dos fundadores da Banda de Pífano de Caiana dos Crioulos.

Eu sou Severina Luzia da Silva, conhecida por Cida, moradora e liderança quilombola da comunidade. Sou filha de José Antônio do Nascimento e Luzia Maria da Conceição, uma mulher que foi parteira na comunidade. Me orgulho das benzedadeiras e das danças da minha comunidade: ciranda *desencosta da parede, a cor da terra* e o *coco de roda*. Gostaria de lembrar que temos uma trilha quilombola que sai do grupo escolar até o *rei encontrado*, que é uma lenda. Bem como a pedra de Santo Antônio, lugarejo onde as pessoas fazem promessas para se casar.



Projeto Formulação de uma Linguagem Pública Sobre Comunidades Quilombolas

PARCERIA	INCRA/CGPCT/NEAD; UFMG/OJB, CERBRAS
COORDENAÇÃO GERAL	Lilian C. B. Gomes, Juarez Rocha Guimarães, Leonardo Avritzer, Rodrigo Ednilson de Jesus
CONCEPÇÃO DE TEXTO, EDIÇÃO FINAL E SUPERVISÃO	Fernanda de Oliveira, Juarez Rocha Guimarães, Rodrigo Ednilson de Jesus
CONSULTA ÀS COMUNIDADES	Aline Neves Rodrigues Alves
ADMINISTRAÇÃO	Agnaldo P. Ferreira Júnior, Danúbia Zanetti, Priscila Z. Martins
MAPAS E FOTOGRAFIAS	Alexander Cambraia N. Vaz
PROJETO GRÁFICO	Paulo Schmidt

F383q Ferreira, José Cândido Lopes
Quilombo Caiana dos Crioulos / José Cândido Lopes Ferreira. - Belo Horizonte : FAFICH, 2016.

16 p. (Terras de quilombos)
Baseado no Relatório técnico de identificação e delimitação do território da Comunidade Quilombola de Caiana dos Crioulos / Alagoa Grande – PB, de Vânia Rocha Fialho de Paiva e Souza e Ricardo de Paiva.

1. Quilombos. 2. Antropologia. I. Souza, Vânia Rocha Fialho de Paiva e. Relatório técnico de identificação e delimitação do território da Comunidade Quilombola de Caiana dos Crioulos / Alagoa Grande – PB. II. Paiva, Ricardo de. Relatório técnico de identificação e delimitação do território da Comunidade Quilombola de Caiana dos Crioulos / Alagoa Grande – PB. III. Título. IV. Série.

CDD:306
CDU:39

MICHEL TEMER
Presidente da República

ELISEU PADILHA
Ministro da Casa Civil

JEFFERSON CORITEAC
Secretário Especial de Agricultura Familiar
e do Desenvolvimento Agrário

JOSÉ RICARDO RAMOS ROSENO
Secretário Executivo Adjunto

CARLOS EDUARDO OLIVEIRA BOVO
Diretor do Núcleo de Estudos Agrários e
Desenvolvimento Rural - NEAD

JÚLIO BRAGA MANDÚ
Coordenador do Núcleo de Estudos Agrários
e Desenvolvimento Rural - NEAD

LEONARDO GÓES SILVA
Presidente do Instituto Nacional de
Colonização e Reforma Agrária - Incra

ROGÉRIO PAPALARDO ARANTES
Diretor de Ordenamento da Estrutura
Fundiária - Incra

ANTONIO OLIVEIRA SANTOS
Coordenador Geral de Regularização
de Territórios Quilombolas - Incra

GUILHERME MANSUR DIAS
ISABELLE ALLINE LOPES PICELLI
JULIA MARQUES DALLA COSTA
Coordenação Executiva do Projeto

SERVIÇOS QUILOMBOLAS
Apoio técnico – Superintendências do
Incra nos estados

A Coleção Terras de Quilombos

reúne um conjunto de narrativas a respeito da formação, do modo de vida e das lutas travadas por comunidades quilombolas brasileiras para se manter em seus territórios tradicionais. Em cada livreto, uma comunidade quilombola é apresentada em sua singularidade.

Ao todo, a Coleção oferece um panorama da diversidade de trajetórias vividas por ex-escravizados – incluindo por vezes indígenas e grupos em outras situações sociais – para conquistar a sua independência e se estabelecer na terra autonomamente. O fato de terem sido deixados à própria sorte após a Abolição resultou em uma multiplicidade de caminhos percorridos para conseguirem consolidar os seus territórios. Foram muitos os modos como ocuparam as suas terras e distintas as maneiras como formaram as suas comunidades, enfrentando todo tipo de desafios para se relacionarem livremente com seu entorno.

O conceito de quilombo esteve associado ao período da colônia e do império. Com a Abolição, os quilombos deixaram de ser mencionados, como se o fim de quatro séculos de escravidão significasse a garantia de liberdade. No entanto, os quilombolas continuaram e continuam a lutar para reproduzir seus modos de criar, fazer e viver, resistindo às dificuldades, injustiças e preconceções legadas pelo período escravocrata. São essas as histórias narradas nesta Coleção. São histórias do Brasil vistas pelo prisma de quem, com suas tradições, formas de vida, religiosidades e respeito à terra, enriquece o mosaico da sociodiversidade brasileira.

UFMG

CERBRÁS
CENTRO DE ESTUDOS
RURAIS E AMBIENTAIS

IB
CES - AL

Quilombos

INCRA nead

SECRETARIA ESPECIAL DE
AGRICULTURA FAMILIAR E DO
DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO

CASA CIVIL

BRASIL
GOVERNOS UNIDOS